



PORTARIA Nº 937 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova a Outorga de Walter Boscoli, para o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação no rio Marape.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental, **Mauren Lazzaretti**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual n.º 6.945 de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto n.º 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 2598/GOUT/CCRH/SURH/2017 de 13 de dezembro de 2017, acostado às fls. 113/115 (f/v) do processo SAD Nº 868450/2011.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a Outorga de direito de uso de Recursos Hídricos concedida pela Portaria n.º 234 de 08/06/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 15 de junho de 2015, a qual outorgou a Walter Boscoli, CPF: 147.828.208-87, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos recursos hídricos para captação no rio Marape com a finalidade de irrigar uma área de 104 há, das culturas de soja, milho e feijão, com equipamentos do tipo pivô central na propriedade rural Fazenda Rancho Alegre, Município de Lucas do Rio Verde, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento A12 - Arinos, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I. Coordenada geográfica da captação n.º 01 (104,0 ha): 13º24'26,38"S e 56º07'47,16"W; e vazão máxima de captação de 396,07 m³/h (0,11002 m³/s ou 110,02 L/s), totalizando um volume máximo anual de 921.255,29 m³, variando as horas e os dias, mensalmente, conforme consta na tabela n.º 01 em anexo.

II. O Outorgado deverá manter em funcionamento, nos sistemas de captação, equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas.

III. O Outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições captadas mensalmente.



Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **13 de dezembro de 2027**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I. descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II. conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III. incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6 de junho de 2007;
- IV. indeferimento ou cassação de licença ambiental.

§ Único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I. quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II. quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 8º O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10 A outorga, objeto desta Portaria substitui, em todos os efeitos legais, àquela emitida pela Portaria nº 234 de 08/06/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 15 de junho de 2015.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2017.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE..

MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
SEMA/MT

ANEXO

Tabela 01 – rio Marape
Coordenada Geográfica – Lat. 13°24'26,38"S e Long. 56°07'47,16"W DATUM: SIRGAS2000

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vazão (m³/s)	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2	0,1100 2
Tempo (h/dia)	13	13	13	4	2	11	12	12	9	5	13	13
Período (dias/mê s)	10	10	10	30	31	30	31	31	30	30	10	10

